



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.: 339  
Proc.: 13108/14  
Rubrica

**Processo nº:** 13.108/2014 (2 volumes e 1 anexo)  
**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF  
**Assunto:** Tomada de Contas Especial – TCE  
**Valor Envolvido:** R\$ 470.167,06<sup>1</sup> (prejuízo apurado)

**Ementa:**

- Achado 2 do Relatório de Auditoria nº 1.1104.12: Verificação de pagamentos a maior, de natureza indenizatória, sem suporte contratual, por serviços prestados e locação de equipamentos à SEF/DF pela empresa Vertax Redes e Telecomunicações Ltda., nos exercícios de 2007 e 2008;
- Decisão nº 1.776/2014: Conversão do Achado 2 do Relatório de Auditoria nº 1.1104.12 em Tomada de Contas Especial. Constituição de autos apartados. Citação dos responsáveis solidários para que apresentem suas alegações de defesa ou recolham o prejuízo identificado;
- Decisão nº 1.874/2016: Procedência da defesa apresentada pelo Sr. Sérgio Ricardo Carvalho Portela. Improcedência da defesa apresentada pela Sr<sup>a</sup>. Analice Maria Marçal de Lima. Revelia do Sr. Dagoberto Pina dos Santos e da Massa Falida de Vertax Redes e Telecomunicações Ltda. Cientificação para recolhimento do débito;
- Decisão nº 3.190/2016: Conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela Sr<sup>a</sup>. Analice Maria Marçal de Lima, conferindo-lhe efeito suspensivo;
- Decisão nº 1.973/2017: Recurso improcedente;
- Transitado em julgado do MS nº 2017 00 2 012740-6, concedendo segurança à Sr<sup>a</sup>. Analice Maria Marçal de Lima e determinando novo julgamento do recurso da responsável, com a devida intimação prévia para a sessão a ser realizada;
- **Restituição dos autos à Unidade Técnica para nova instrução de mérito.**

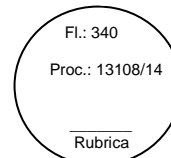
**DESPACHO SINGULAR Nº 288/19 – GCMM**

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial resultante da conversão do Achado 2 do Relatório de Auditoria nº 1.1104.12, consoante determinou o Tribunal na Decisão nº 1.776/2014 (fls. 2/3), proferida nos autos do

<sup>1</sup> Conforme indicado na planilha à fl. 177 e atualizado à fl. 253.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



Processo nº 43.430/2009<sup>2</sup>. O achado de auditoria versa sobre pagamentos a maior, de natureza indenizatória, sem suporte contratual, por serviços prestados e locação de equipamentos à SEF/DF pela empresa Vertax Redes e Telecomunicações Ltda., nos exercícios de 2007 e 2008.

2. No item II, alínea “b”, do referido *decisum*, o colegiado determinou a citação dos seguintes responsáveis: Dagoberto Pina dos Santos, então Chefe da Unidade de Administração Tecnológica; Sérgio Ricardo Carvalho Portela, então Diretor da Diretoria Administrativo Financeira; Analice Maria Marçal de Lima, então Chefe da Unidade de Administração Geral; e Vertax – Redes e Telecomunicações Ltda., empresa beneficiária dos pagamentos.

3. Na Sessão Ordinária nº 4.858, de 14 de abril de 2016, esta Corte, por unanimidade, exarou a Decisão nº 1.874/2016 (fl. 224), *in verbis*:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da defesa apresentada pelo Sr. Sérgio Ricardo Carvalho Portela (fls. 94/166) para, no mérito, considerá-las procedentes, excluindo seu nome do rol de responsáveis pelas contas especiais em exame; b) da defesa apresentada pela Srª. Analice Maria Marçal de Lima (Anexo I) para, no mérito, considerá-las improcedentes; II – considerar, com fulcro no art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, revéis o Sr. Dagoberto Pina dos Santos e a Massa Falida de Vertax Redes e Telecomunicações Ltda. por não terem atendido ao chamado da Corte; III – cientificar à Srª. Analice Maria Marçal de Lima, o Sr. Dagoberto Pina dos Santos (fls. 74, 90 e 91) e a Massa Falida de Vertax Redes e Telecomunicações Ltda. para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente, o débito de R\$ 271.504,75 (valor original, fl.177), que deverá ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, na forma da ER nº 13/13; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes.*

4. Irresignada, a Srª. Analice Maria Marçal de Lima compareceu aos autos para interpor Recurso de Reconsideração (fls. 233/242) em face da Decisão nº 1.874/2016.

5. Na Sessão Ordinária nº 4.875, de 21 de junho de 2016, o Tribunal, mediante a Decisão nº 3.190/2016 (fl. 248), conheceu da peça recursal, conferindo-lhe efeito suspensivo.

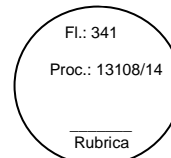
6. Posteriormente, por meio da Decisão nº 1.973/2017, o Tribunal considerou o recurso improcedente, nos seguintes termos:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração acostado às fls. 233/242, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 1.874/2016; II – em consequência, conceder à Srª. Analice Maria Marçal de Lima novo prazo de 30*

<sup>2</sup> Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF, em atenção à Decisão nº 8.025/09 (Processo nº 41100/09), objetivando apurar as denúncias realizadas no bojo do Inquérito Policial (IP) da Polícia Federal nº 650/DF, que foi objeto de denúncia recebida nos autos do Processo nº 2009/0188666-5 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), denominado Operação “Caixa de Pandora”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



*dias para que, de forma solidária com os demais responsáveis, proceda ao recolhimento do débito que lhe fora atribuído no processo em exame, no valor de R\$ 470.167,06, atualizado em outubro de 2016 (fl. 253), a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001; III – autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Contas, para as devidas providências.*

7. Ocorre que, por meio do MS nº 2017 00 2 012740-6, transitado em julgado em 23/02/2018, foi concedida segurança à Srª. Analice Maria Marçal de Lima, determinando novo julgamento do recurso da responsável, com a devida intimação prévia para a sessão a ser realizada.

8. Dessa forma, por prudência, entendo que **os autos devem retornar à Unidade Técnica para que se proceda nova análise de mérito do recurso de fls. 233/242**, avaliando-se a pertinência ou não de serem ratificados os termos da Informação nº 200/2016-SECONT/1ªDICONT (fls. 254/260).

9. Ainda, deve o Corpo Técnico dar tratamento ao documento apresentado pela recorrente às fls. 307/337.

11. Ante o exposto, determino o encaminhamento do feito ao NUREC, de modo a reiniciar a fase instrutória do recurso de fls. 233/242, já conhecido pela Decisão nº 3.190/2016.

Sala da Sessões, 17 de setembro de 2019.

**MÁRCIO MICHEL**  
Conselheiro-Relator